

## **FACETAS QUE SE ENTRECruzAM A FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA\***

Liz Daiana Tito Azeredo da Silva  
Doutoranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF/RJ: [lizdaiana@ig.com.br](mailto:lizdaiana@ig.com.br)

Jackeline Barcelos Corrêa  
Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF/RJ: [lizdaiana@ig.com.br](mailto:lizdaiana@ig.com.br)

Eliana Crispim França Luquetti  
Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.  
Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – CCH/LEEL/UENF/RJ: [elinafff@gmail.com](mailto:elinafff@gmail.com)

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo discutir a política de formação de professores nas licenciaturas, tomando como base a legislação relativa a formação de professores e as características dos cursos de licenciaturas. Para o desenvolvimento deste estudo, será realizado uma análise documental, como por exemplo, a reestruturação dos cursos de licenciaturas em nível nacional, como vimos a partir do Parecer CNE/CP n.º 2, de 09/06/2015 que propõe as novas diretrizes curriculares para a formação, em nível superior, dos profissionais da Educação Básica. Muitos estudos apontam que para a formação de professores, é necessária uma verdadeira revolução nas estruturas institucionais formativas e nos currículos da formação, entretanto as pesquisas sobre políticas de formação apresenta um índice muito pequeno, apenas 2% das publicações no campo de produção. Após anos de silêncio na política educacional brasileira para a formação docente, volta-se a viver um intenso debate sobre a legislação que regulamentará a formação dos profissionais da educação no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação, legislação, aprendizagem.

## **INTRODUÇÃO**

O presente estudo visou abordar a formação do professor, um foco que emerge muitas investigações, dessa forma, o trabalho foi composto da formulação de políticas educacionais, práticas em curso no sistema superior de ensino, e, a análise do currículo, incluindo sua dimensão histórica.

Partindo das ações realizadas recentemente pelo governo federal, amparadas à demanda pela formação inicial em nível superior exigida pela Lei nº 9.394/1996, (LDB) e pela formação continuada, apontou-se como medida, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Decreto nº 5.800/2006, sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, ligada à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com a Secretaria de Educação a Distância do MEC.

Uma das mudanças realizadas pelo governo federal, foi quando o MEC alterou a estrutura da Capes pela Lei nº 11.502/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.316/2007.

A mudança, passa a responsabilidade de coordenar a estruturação de um sistema nacional de formação de professores, referentes ao sistema de pós-graduação e ao desenvolvimento científico e tecnológico do país, subsidiando o MEC na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte para a formação docente em todos os níveis e as modalidades de ensino.

Dando prosseguimento a essa política, foi constituído um Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), com o objetivo de estabelecer ações e metas para a qualificação; o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Programa que tem atingido parcelas significativas de estudantes de licenciatura é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que concede bolsas, tanto para alunos dos cursos de licenciatura como para coordenadores e supervisores responsáveis nas IESs pelo desenvolvimento do projeto, com auxílios para despesas a eles vinculadas. Foi criado pelo Decreto nº 7.219/2010, com a finalidade de fomentar a iniciação à docência e melhor qualificá-la, visando à melhoria do desempenho da educação básica.

Assim, a título de exemplo, entre outras políticas, temos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); Sistema de Seleção Unificada (SISU) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

## **DESENVOLVIMENTO**

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizado uma análise documental, como por exemplo, a reestruturação dos cursos de licenciaturas em nível nacional, como vimos a partir do Parecer CNE/CP n.º 2, de 09/06/2015 que propõe as novas diretrizes curriculares para a formação, em nível superior, dos profissionais da Educação Básica.

O estudo abordou os dispositivos legais de acordo com o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Conselho Nacional de Educação, sobre a formação de professores para a educação básica e as atuais tendências e desafios em relação a esta questão.

Uma fonte importante, publicado em 2006 pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi o Relatório “Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes”, o documento, reúne dados de 25 países, mostrando a inquietação com a evasão de professores gabaritados, sendo esses, alvos de medidas políticas que possam não só atrair, desenvolver e recrutar bons profissionais, mas também criar condições para que os docentes queiram permanecer na profissão.

Assim, a pesquisa de Gatti (1997), revelou que:

os professores que lecionam de 1ª a 4ª série, para os quais se exige ter pelo menos o curso médio completo, com habilitação magistério – aqui encontrava-se mais de 100 mil professores sem esse nível de escolaridade, os chamados professores "leigos", a maioria no nordeste do país; b) os professores de 5ª a 8ª série, para os quais se exige licenciatura em nível superior – nestas séries aponta-se aproximadamente 70 mil professores sem essa formação. No ensino médio, onde legalmente para o exercício profissional também é exigido curso superior, licenciatura, cerca de 30 mil docentes não tinham essa formação. Estes números sinalizam a dimensão do desafio para se melhorar a qualificação dos professores que atuam no nível básico de ensino no Brasil.

Esta perspectiva vem de encontro às críticas, problemas e preocupações levantados nas pesquisas sobre formação de professores. Mas, a resposta a essa sinalização estará na prática cotidiana das instituições formadoras as quais têm mostrado, até aqui, algumas dificuldades em mudar a qualidade na oferta desses cursos.

Nóvoa (1997, p.28) ressalta que,

Formar um professor é possível? Formar não, formar-se! O professor forma a si mesmo através das suas inúmeras interações, não apenas com o conhecimento e as teorias aprendidas nas escolas, mas com a prática didática de todos os seus antigos

mestres e outras pessoas, coisas e situações com as quais interagiu em situações de ensino durante toda a sua vida.

A luz da reflexão que por mais avançado que seja um curso de formação acadêmica ou de formação técnica específica, os profissionais de educação não saem deles “prontos”. Na prática cotidiana, esses profissionais complementam, aprimoram e atualizam seus conhecimentos. Tanto é que, para a perspectiva da epistemologia contemporânea, a prática não constitui mero campo de aplicação da teoria aprendida na formação inicial, pois o conhecimento se produz também na própria prática.

Dessa forma, a formação inicial e a continuada apoiam-se no trabalho coletivo e compartilhado, mas sem prescindir o desenvolvimento e o compromisso individuais. Além disso, no atual contexto de produção cada vez mais acelerada de conhecimentos científicos, não se pode esquecer a importância da atualização permanente, de forma a democratizar o acesso de todos os profissionais aos progressos do seu campo de trabalho.

Portanto, tomar a formação inicial em si, com suas precariedades e virtudes, como fonte para analisar, criticar, elogiar e avaliar a atuação dos docentes em exercício na educação básica é incorrer no erro lógico de tomar uma manifestação importante e significativa como se ela fosse o todo. No entanto, logicamente, qualquer avaliador sabe que a formação inicial é a condição e o meio mais próximo e direto para o exercício profissional relativo à ambiência escolar. Nesse sentido, ela deve ser a melhor possível e a mais adequada ao perfil dos estudantes, de modo que o princípio do acesso e permanência dos estudantes na escola seja universal e qualificada.

## **CONCLUSÃO**

A formação professores é tema de vários debates e alvo de pesquisas acadêmicas que abordam as mudanças ocorridas historicamente e que culminou na consolidação das bases educativas e novas roupagens de políticas de formação de professores.

Nesse cenário, as Políticas públicas resultam, portanto, da atividade política, isto é, ações e estratégias destinadas a implementar objetivos desejados, formando um conjunto articulado de medidas, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos, dessa maneira, esta pesquisa se fundamenta pela importância de se produzir uma reflexão de como tem se apresentado a formação docente, com base nas políticas educacionais que as norteiam, sobretudo daquele que trabalha na educação.

Com o cruzamento destas informações, importantes relatórios poderão ser produzidos, subsidiando e orientando as políticas públicas que poderão ser implantadas a fim de erradicar os problemas que possam surgir, pretendendo se somar na construção de uma consistência de trabalhos e pesquisas.

## REFERÊNCIAS

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID**, Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>. Acesso em: 18 de agosto de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE-CP nº 2 de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/cne/resolucao.shtm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GATTI, B. A. A prática pedagógica como núcleo do processo de formação de professores. **Por uma política nacional de formação de professores**. (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 95-106.

\_\_\_\_\_. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte** / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto e Marli Eliza Dalmazo de Afonso André. – Brasília: UNESCO, 2011

\_\_\_\_\_. Licenciaturas: características institucionais, currículos e formação profissional. In: PINHO, S. Z. (Org.). **Formação de educadores: dilemas contemporâneos**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.71-87.

\_\_\_\_\_. **Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação**. Editora Autores Associados, Campinas, 1997, p.119.

NÓVOA, A. (Org.). Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

OCDE. **Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes**; relatório de pesquisa. São Paulo: Moderna, 2006.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.